**PORTARIA Nº 054/2010-MP/PJCAP
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 218164**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, por meio de seu Promotor de Justiça, Dr. Nadilson Portilho Gomes, Titular da 2ª Entrância da Promotoria de justiça de Capanema, infra-firmado, no uso de suas atribuições legais, vem dispor o seguinte:

CONSIDERANDO, que na visita feita pelo Ministério Público do Estado do Pará, Promotoria de Justiça de Capanema, realizada no "ANEXO" da Escola Municipal de Ensino Fundamental Ozimo Lopes, localizado na D-19, zona rural, neste município de Capanema, no dia 13 de dezembro de 2010, fora constatado que o prédio é inadequado, com sala de aula com reduzida ventilação, não possuindo banheiro, com infiltrações nas paredes, sem muro, sem bebedouro, não existindo espaço suficiente, entre outros problemas;

CONSIDERANDO, que tal situação descrita, além de estar causando prejuízos à educação, compromete os futuros dos estudantes;

CONSIDERANDO, que a necessária verificação de violações do princípio da legalidade administrativa e de outros, em especial ligados à educação, in casu reclamam a formação de um instrumento apuratório próprio em relação aos fatos acima descritos, o qual poderá redundar em outras medidas pertinentes, tais como a propositura de Ação Civil Pública e/ou outras medidas que se fizerem cabíveis, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, por meio de seu Representante, com fulcro nos artigos 129, itens II e III da CF/88, arts. 26, item I e 27 da Lei 8.625/93; e §1º do art. 8º, da Lei 7.347/85, Lei nº 9.394/96 (LDB) e Lei nº 8.069/90;

RESOLVE:

INSTAURAR, o presente INQUÉRITO CIVIL nº 054/2010-MP/PJCAP e, em consequência, determinando, desde já, sem prejuízo de outras que, no decorrer se fizerem necessárias, as seguintes diligências:

1. Autue-se e registre-se a presente Portaria, fazendo-se o registro da mesma na pasta própria e a devida comunicação, via ofício, da instauração e início do inquérito civil ao Exmº Sr. Procurador-Geral de Justiça, "ex vi" do art. 19, "a" da Instrução nº 04/91-PGJ, bem como ao Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Constitucionais, Difusos e Coletivos, em cumprimento ao disposto no art. 5º da PORTARIA Nº 610/96-PGJ e o art. 12 da Portaria 582/03-PGJ, inclusive aos CAO's Cível, da Infância e Juventude, e Cidadania, remetendo-lhes, em anexo, cópia da presente Portaria;

2. Junte o relatório de visita e fotos tiradas;

3. Requistem-se informações da Secretária Municipal de Educação;

4. Nomeio o Sr. IVAN NAZARENO, para servir como secretário, dispensando-o do compromisso legal em razão do vínculo administrativo que possui com o Ministério Público do Estado do Pará;

5. Retornem os autos a esta Presidência para ulteriores deliberações.

REGISTRADA E PUBLICADA, CUMpra-SE.

Capanema/PA, 13 de dezembro de 2010.

NADILSON PORTILHO GOMES

Promotor de Justiça

**PORTARIA Nº 055/2010-MP/PJCAP
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 218165**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, por meio de seu Promotor de Justiça, Dr. Nadilson Portilho Gomes, Titular da 2ª Entrância da Promotoria de justiça de Capanema, infra-firmado, no uso de suas atribuições legais, vem dispor o seguinte:

CONSIDERANDO, que na visita feita pelo Ministério Público do Estado do Pará, Promotoria de Justiça de Capanema, realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Ozimo Lopes S. dos Reis, localizada na Comunidade de Santa Cruz, zona rural, neste município de Capanema, no dia 13 de dezembro de 2010, fora constatado que há reduzida ventilação nas salas de aulas, faltando mobiliário básico, ausência de muro, não existindo espaço suficiente, entre outros problemas;

CONSIDERANDO, que tal situação descrita, além de estar causando prejuízos à educação, compromete os futuros dos estudantes;

CONSIDERANDO, que a necessária verificação de violações do princípio da legalidade administrativa e de outros, em especial ligados à educação, in casu reclamam a formação de um instrumento apuratório próprio em relação aos fatos acima descritos, o qual poderá redundar em outras medidas pertinentes, tais como a propositura de Ação Civil Pública e/ou outras medidas que se fizerem cabíveis, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, por meio de seu Representante, com fulcro nos artigos 129, itens II e III da CF/88, arts. 26, item I e 27 da Lei 8.625/93; e §1º do art. 8º, da Lei 7.347/85, Lei nº 9.394/96 (LDB) e Lei nº 8.069/90;

RESOLVE:

INSTAURAR, o presente INQUÉRITO CIVIL nº 055/2010-MP/PJCAP e, em consequência, determinando, desde já, sem prejuízo de outras que, no decorrer se fizerem necessárias, as seguintes diligências:

1. Autue-se e registre-se a presente Portaria, fazendo-se o registro da mesma na pasta própria e a devida comunicação, via ofício, da instauração e início do inquérito civil ao Exmº Sr. Procurador-Geral de Justiça, "ex vi" do art. 19, "a" da Instrução nº 04/91-PGJ, bem como ao Centro de Apoio Operacional de

Defesa dos Direitos Constitucionais, Difusos e Coletivos, em cumprimento ao disposto no art. 5º da PORTARIA Nº 610/96-PGJ e o art. 12 da Portaria 582/03-PGJ, inclusive aos CAO's Cível, da Infância e Juventude, e Cidadania, remetendo-lhes, em anexo, cópia da presente Portaria;

2. Junte o relatório de visita e fotos tiradas;

3. Requistem-se informações da Secretária Municipal de Educação;

4. Nomeio o Sr. IVAN NAZARENO, para servir como secretário, dispensando-o do compromisso legal em razão do vínculo administrativo que possui com o Ministério Público do Estado do Pará;

5. Retornem os autos a esta Presidência para ulteriores deliberações.

REGISTRADA E PUBLICADA, CUMpra-SE.

Capanema/PA, 13 de dezembro de 2010.

NADILSON PORTILHO GOMES

Promotor de Justiça

**PORTARIA Nº 056/2010-MP/PJCAP
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 218166**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, por meio de seu Promotor de Justiça, Dr. Nadilson Portilho Gomes, Titular da 2ª Entrância da Promotoria de justiça de Capanema, infra-firmado, no uso de suas atribuições legais, vem dispor o seguinte:

CONSIDERANDO, que na visita feita pelo Ministério Público do Estado do Pará, Promotoria de Justiça de Capanema, realizada na Creche Municipal de Tamatateua, localizada na Comunidade de Tamatateua, zona rural, neste município de Capanema, no dia 13 de dezembro de 2010, fora constatado que o prédio é inadequado, faltando mobiliário básico, com reduzida ventilação na sala de aula, paredes não rebocadas, faltando mobiliário básico, faltando cadeiras para os alunos, não existindo espaço suficiente, entre outros problemas;

CONSIDERANDO, que tal situação descrita, além de estar causando prejuízos à educação, compromete os futuros dos estudantes;

CONSIDERANDO, que a necessária verificação de violações do princípio da legalidade administrativa e de outros, em especial ligados à educação, in casu reclamam a formação de um instrumento apuratório próprio em relação aos fatos acima descritos, o qual poderá redundar em outras medidas pertinentes, tais como a propositura de Ação Civil Pública e/ou outras medidas que se fizerem cabíveis, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, por meio de seu Representante, com fulcro nos artigos 129, itens II e III da CF/88, arts. 26, item I e 27 da Lei 8.625/93; e §1º do art. 8º, da Lei 7.347/85, Lei nº 9.394/96 (LDB) e Lei nº 8.069/90;

RESOLVE:

INSTAURAR, o presente INQUÉRITO CIVIL nº 056/2010-MP/PJCAP e, em consequência, determinando, desde já, sem prejuízo de outras que, no decorrer se fizerem necessárias, as seguintes diligências:

1. Autue-se e registre-se a presente Portaria, fazendo-se o registro da mesma na pasta própria e a devida comunicação, via ofício, da instauração e início do inquérito civil ao Exmº Sr. Procurador-Geral de Justiça, "ex vi" do art. 19, "a" da Instrução nº 04/91-PGJ, bem como ao Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Constitucionais, Difusos e Coletivos, em cumprimento ao disposto no art. 5º da PORTARIA Nº 610/96-PGJ e o art. 12 da Portaria 582/03-PGJ, inclusive aos CAO's Cível, da Infância e Juventude, e Cidadania, remetendo-lhes, em anexo, cópia da presente Portaria;

2. Junte o relatório de visita e fotos tiradas;

3. Requistem-se informações da Secretária Municipal de Educação;

4. Nomeio o Sr. IVAN NAZARENO, para servir como secretário, dispensando-o do compromisso legal em razão do vínculo administrativo que possui com o Ministério Público do Estado do Pará;

5. Retornem os autos a esta Presidência para ulteriores deliberações.

REGISTRADA E PUBLICADA, CUMpra-SE.

Capanema/PA, 13 de dezembro de 2010.

NADILSON PORTILHO GOMES

Promotor de Justiça

**PORTARIA Nº 057/2010-MP/PJCAP
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 218167**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, por meio de seu Promotor de Justiça, Dr. Nadilson Portilho Gomes, Titular da 2ª Entrância da Promotoria de justiça de Capanema, infra-firmado, no uso de suas atribuições legais, vem dispor o seguinte:

CONSIDERANDO, que na visita feita pelo Ministério Público do Estado do Pará, Promotoria de Justiça de Capanema, realizada na Creche Municipal de Samambaia, localizada na Vila de Samambaia, zona rural, neste município de Capanema, no dia 13 de dezembro de 2010, fora constatado que o prédio tem reduzida ventilação na sala de aula, não tem água, presença de infiltrações no telhado, ausência de lâmpadas, calçadas quebradas, não existindo espaço suficiente, entre outros problemas;

CONSIDERANDO, que tal situação descrita, além de estar causando prejuízos à educação, compromete os futuros dos estudantes;

CONSIDERANDO, que a necessária verificação de violações do princípio da legalidade administrativa e de outros, em

especial ligados à educação, in casu reclamam a formação de um instrumento apuratório próprio em relação aos fatos acima descritos, o qual poderá redundar em outras medidas pertinentes, tais como a propositura de Ação Civil Pública e/ou outras medidas que se fizerem cabíveis, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, por meio de seu Representante, com fulcro nos artigos 129, itens II e III da CF/88, arts. 26, item I e 27 da Lei 8.625/93; e §1º do art. 8º, da Lei 7.347/85, Lei nº 9.394/96 (LDB) e Lei nº 8.069/90;

RESOLVE:

INSTAURAR, o presente INQUÉRITO CIVIL nº 057/2010-MP/PJCAP e, em consequência, determinando, desde já, sem prejuízo de outras que, no decorrer se fizerem necessárias, as seguintes diligências:

1. Autue-se e registre-se a presente Portaria, fazendo-se o registro da mesma na pasta própria e a devida comunicação, via ofício, da instauração e início do inquérito civil ao Exmº Sr. Procurador-Geral de Justiça, "ex vi" do art. 19, "a" da Instrução nº 04/91-PGJ, bem como ao Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Constitucionais, Difusos e Coletivos, em cumprimento ao disposto no art. 5º da PORTARIA Nº 610/96-PGJ e o art. 12 da Portaria 582/03-PGJ, inclusive aos CAO's Cível, da Infância e Juventude, e Cidadania, remetendo-lhes, em anexo, cópia da presente Portaria;

2. Junte o relatório de visita e fotos tiradas;

3. Requistem-se informações da Secretária Municipal de Educação;

4. Nomeio o Sr. IVAN NAZARENO, para servir como secretário, dispensando-o do compromisso legal em razão do vínculo administrativo que possui com o Ministério Público do Estado do Pará;

5. Retornem os autos a esta Presidência para ulteriores deliberações.

REGISTRADA E PUBLICADA, CUMpra-SE.

Capanema/PA, 13 de dezembro de 2010.

NADILSON PORTILHO GOMES

Promotor de Justiça

**PORTARIA Nº 058/2010-MP/PJCAP
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 218168**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, por meio de seu Promotor de Justiça, Dr. Nadilson Portilho Gomes, Titular da 2ª Entrância da Promotoria de justiça de Capanema, infra-firmado, no uso de suas atribuições legais, vem dispor o seguinte:

CONSIDERANDO, que na visita feita pelo Ministério Público do Estado do Pará, Promotoria de Justiça de Capanema, realizada na Creche Municipal de Vila Sorriso, localizada na Vila Sorriso, zona rural, neste município de Capanema, no dia 13 de dezembro de 2010, fora constatado que o prédio é inadequado, não existindo bebedouro, nem banheiro, há reduzida ventilação na sala de aula, presença de rachaduras no piso, não existindo espaço suficiente, entre outros problemas;

CONSIDERANDO, que tal situação descrita, além de estar causando prejuízos à educação, compromete os futuros dos estudantes;

CONSIDERANDO, que a necessária verificação de violações do princípio da legalidade administrativa e de outros, em especial ligados à educação, in casu reclamam a formação de um instrumento apuratório próprio em relação aos fatos acima descritos, o qual poderá redundar em outras medidas pertinentes, tais como a propositura de Ação Civil Pública e/ou outras medidas que se fizerem cabíveis, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, por meio de seu Representante, com fulcro nos artigos 129, itens II e III da CF/88, arts. 26, item I e 27 da Lei 8.625/93; e §1º do art. 8º, da Lei 7.347/85, Lei nº 9.394/96 (LDB) e Lei nº 8.069/90;

RESOLVE:

INSTAURAR, o presente INQUÉRITO CIVIL nº 058/2010-MP/PJCAP e, em consequência, determinando, desde já, sem prejuízo de outras que, no decorrer se fizerem necessárias, as seguintes diligências:

1. Autue-se e registre-se a presente Portaria, fazendo-se o registro da mesma na pasta própria e a devida comunicação, via ofício, da instauração e início do inquérito civil ao Exmº Sr. Procurador-Geral de Justiça, "ex vi" do art. 19, "a" da Instrução nº 04/91-PGJ, bem como ao Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Constitucionais, Difusos e Coletivos, em cumprimento ao disposto no art. 5º da PORTARIA Nº 610/96-PGJ e o art. 12 da Portaria 582/03-PGJ, inclusive aos CAO's Cível, da Infância e Juventude, e Cidadania, remetendo-lhes, em anexo, cópia da presente Portaria;

2. Junte o relatório de visita e fotos tiradas;

3. Requistem-se informações da Secretária Municipal de Educação;

4. Nomeio o Sr. IVAN NAZARENO, para servir como secretário, dispensando-o do compromisso legal em razão do vínculo administrativo que possui com o Ministério Público do Estado do Pará;

5. Retornem os autos a esta Presidência para ulteriores deliberações.

REGISTRADA E PUBLICADA, CUMpra-SE.

Capanema/PA, 13 de dezembro de 2010.

NADILSON PORTILHO GOMES

Promotor de Justiça